

Economia Brasil

Muito suspense permanece no ar

A futura ministra da Economia do governo Collor, Zélia Cardoso de Mello, definiu importantes ordenadas de seu programa econômico na primeira entrevista à imprensa, mas também deixou de responder a perguntas que são feitas diariamente por milhões de brasileiros, como o que vai acontecer com a política salarial: se vai haver pacto social; como será feita a desindexação da economia; como o governo acabará com a frequente remarcação dos preços, se haverá um ajuste cambial e se o futuro governo adotará o sistema de prefixação de preços e salários para combater a inflação.

A futura ministra enfatizou em duas ocasiões que o plano de ajuste econômico não punirá a classe trabalhadora, mas foi evasiva quando um repórter perguntou sobre possíveis mudanças na política salarial. Ela apenas garantiu que o salário real será preservado e que a maior garantia da manutenção do poder aquisitivo da classe trabalhadora é a queda da inflação.

Quanto à desindexação da economia, que será feita, segundo Zélia, também ficaram dúvidas, pois ela não adiantou a forma que será usada para desvincular os reajustes de preços e salários da inflação passada, como no sistema que vigora hoje.

Não quis responder também à pergunta sobre a possibilidade de o governo adotar o sistema de prefixação de preços e salários, com base na perspectiva de uma inflação futura, como foi feito no final de 1988.

A futura ministra também não quis falar sobre a proposta de extinção do TBN — o indexador oficial da economia —, nem sobre a necessidade de se ajustar a paridade cambial, (relação cruzado/dólar), assim como não definiu a quem caberá a maior contribuição ao programa de ajuste (que o presidente eleito Fernando Collor havia contabilizado ao capital). Zélia foi mais uma vez genérica, dizendo que o ajuste exigirá adaptação de toda a sociedade a um cenário com uma inflação muito baixa.